



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Eixo 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A INSERÇÃO DA ETNIA NEGRA NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA A PARTIR DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Vera Lucia Rodrigues Barbosa

Bibliotecária pela Universidade Federal
de Santa Catarina

E-mail:

veraluciarodriguesbarbosa@hotmail.com

*Marisa Bräscher Basilio
Medeiros*

Professora no Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Santa Catarina. Doutora em Ciência da
Informação pela Universidade de
Brasília.

E-mail: marisa.brascher@gmail.com

Marli Dias de Souza Pinto

Professora no Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Santa Catarina. Doutora em
Engenharia da Produção pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: marli.dias@ufsc.br

Priscila Machado Borges Sena

Doutoranda em Ciência da Informação
pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

E-mail: priscilasena.ufsc@gmail.com

RESUMO

Aborda-se neste artigo as cotas raciais nas Universidades Brasileiras que ações afirmativas que tem a finalidade de melhorar a relação das desigualdades econômicas, sociais e educacionais a inserção da etnia negra. O objetivo do estudo foi verificar o sistema de cotas para negros e sua contribuição para o aumento do número de estudantes negros no Curso de Graduação de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa caracteriza-se quanto ao objetivo como exploratória e quanto aos instrumentos de coleta de dados como bibliográfica e documental, com abordagem quanti- qualitativa. Os dados documentais foram coletados por meio do Sistema de Controle Acadêmico de Graduação – CAGR, elaborado pela Superintendência da Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação da UFSC (SETIC). Verificou-se o aumento de 7,7% da inserção da etnia negra no curso. Portanto, o resultado da pesquisa realizada proporciona uma inserção de percentual ainda não significativo, o que promove mais estudos quanto a relevância das ações afirmativas nas Universidades Brasileiras, bem como no Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Curso de Biblioteconomia. Identidade Negra.

**The insertion of the black ethnic in the course of
Librarianship of the Federal University of Santa Catarina
from the affirmative actions**

ABSTRACT



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

This article discusses the racial quotas in the Brazilian Universities that affirmative actions that have the purpose of improving the relation of economic, social and educational inequalities to the insertion of the black ethnic group. The objective of the study was to verify the quota system for blacks and their contribution to the increase in the number of black students in the Undergraduate Program in Librarianship of the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The research characterizes the objective as exploratory and the instruments of data collection as bibliographical and documentary, with quantitative-qualitative approach. The documentary data were collected through the Academic Control System of Graduation - CAGR, elaborated by the Superintendence of Electronic Governance and Information Technology of UFSC (SETIC). There was an increase of 7.7% in the black ethnic group in the course. Therefore, the result of the research carried out provides a percentage insertion that is not yet significant, which promotes further studies on the relevance of affirmative actions in Brazilian Universities, as well as in the Graduate Course in Library Science of UFSC.

Keywords: Affirmative actions. Biblioteconomy course. Black Identity.

1 INTRODUÇÃO

Conhecer as experiências dos afrodescendentes no Brasil constitui tarefa fundamental para compreender as dinâmicas culturais, sociais e econômicas do país em que vivemos. Mortari e Vieira (2014, p.166) afirmam que a história destes homens e mulheres de origem africana ficou atrelada “apenas aos dissabores e sofrimentos da escravidão, inviabilizando qualquer experiência vivida para além da condição jurídica de ser ou estar escravo”.

Alguns aspectos abordados acerca das experiências das populações de origem africana no Brasil no período compreendido entre os séculos XVI ao XIX visam apontar “a adversidade de vivências no tocante as questões que envolvem o cativo, as identidades solidariedades, religiosidades e as resistências”. (MORTARI; VIEIRA, 2014, p.167).



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

De acordo Lucindo e Rascke (2014, p. 184), estudos sobre as populações afrodescendentes tem como objetivo apontar alguns aspectos das experiências após a abolição da escravatura e sua inserção social. Nessa direção, conhecer os reflexos das políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos estudantes de etnia negra e pobres no ensino público universitário colabora para a compreensão do momento atual, e para a reflexão acerca da diminuição das desigualdades sociais e raciais acumuladas ao longo dos anos entre brancos e negros.

Essas desigualdades, segundo Munanga (2007, p. 7), observa-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor público, área de lazer, educação, entre outros.

No setor educacional, dois projetos de lei foram propostos no Congresso Nacional Brasileiro, com o intuito de minimizar as desigualdades relativas à inserção do negro no ensino superior. Esses projetos defendiam as cotas para negros: o PL0650\1999, do senador José Sarney, e o PL03198\2000, do Deputado Paulo Paim. Mas, somente em 2004 o Governo Federal propôs o Projeto de Lei 3.627\2004, que estabelece, para todas as universidades federais, reserva de 50% das vagas oriundas do ensino médio e público e porcentagem igual para negros pardos e indígenas.

Dessa forma, neste trabalho procurou-se verificar se as ações afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina, relativas ao sistema de cotas para negros contribuíram para o aumento do número de estudantes negros no Curso de Biblioteconomia. Ainda no contexto desta temática, apresenta-se uma reflexão sobre a experiência de uma estudante negra cotista na terceira idade na graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Considera-se pesquisa bibliográfica, elaborada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. A pesquisa documental se “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como relatórios, documentos oficiais, [...] (FONSECA, 2002, p. 32)

Buscou-se os dados da pesquisa bibliográfica para situar a temática da história do negro no Brasil, a partir da concepção das cotas nas universidades públicas. Realizou-se o levantamento de literatura, principalmente nos trabalhos dos autores Mortari e Vieira (2014), Lucindo e Rascke (2014), que refletem sobre a temática e serviram para a realização deste trabalho.

Em relação ao tema das cotas para negros, foi realizada busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e selecionadas as pesquisas de Munanga (2007) e Oliveira e Araújo (2007).

Os dados documentais foram obtidos no Sistema de Controle Acadêmico de Graduação – CAGR, elaborado e gerenciado pela Superintendência da Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação da UFSC (SETIC) e estes foram sobre os alunos do Curso de Biblioteconomia da UFSC.

Quanto à abordagem classifica-se como quantitativa e qualitativa, que segundo Silva e Menezes (2005, p.20) “a pesquisa quantitativa significa traduzir em números, opiniões e informação para classificá-la e analisá-la. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas”. Já a pesquisa qualitativa não requer o uso de técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005), pois nesse tipo de pesquisa, o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados, e se apoia na revisão de literatura.

Sendo assim, torna-se pertinente a verificação da inserção da etnia negra no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme aborda-se nos resultados e discussão na seção a seguir.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO PÚBLICO UNIVERSITÁRIO

O debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino público universitário é relevante diante das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. De acordo com Munanga (2007, p.7):

Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc.

No meio de todas essas desigualdades a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação. Nesse beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades.

A desconsideração da discriminação racial como uma das variáveis na discussão sobre cotas se reflete quando as chamadas cotas raciais ou étnicas de acordo com Munanga (2007) são interpretadas “como introdução ao racismo no sistema educativo brasileiro, em vez de considerá-la como uma política para corrigir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos”. (MUNANGA, 2007, p. 7).

Os indicadores do desenvolvimento humano: saúde, mobilidade socioeconômica, consciência política, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, consciência dos direitos individuais, coletivos, etc. são umbilicalmente relacionados como a educação. Segundo Munanga (2007, p. 8) “as coisas se tornam mais complicadas nos países que convivem com discriminação racial, pouco importando suas formas históricas abertas”.

Nos países racistas, as diferenças biológicas se tornam fatores de denominação e exclusão, geradores, de desigualdades raciais, fazendo da educação um dos maiores terrenos de exclusão. De acordo com Munanga (2007, p. 8-9) “o ponto de partida dos debates sobre cotas para alunos negros e pobres na universidade e ensino superior brasileiro”.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – v. 13, n. esp. CBBDB 2017



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Cotas no ensino superior não foram iniciadas no Brasil. Como explica Munanga (2007 p.9) “é uma política que já foi e está sendo experimentada por outros países do mundo que convivem com sistemas discriminatórios, pouco importando suas formas históricas”.

Nos Estados Unidos as ações afirmativas não são apenas para buscar melhorias nas condições de acesso à educação pela população negra, o desaparecimento das desigualdades visa a diminuir os preconceitos raciais na educação entre brancos e negros (MUNANGA, 2007, p. 10).

O debate no Brasil em torno desta questão, tanto pelas mídias quanto pelos meios acadêmicos, começou com argumentos que não resistem, contrariando posição já em execução em algumas universidades estaduais: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual da Bahia, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, duas universidades Estaduais de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Londrina (MUNANGA, 2007, p. 12).

A respeito da excelência, os argumentos contrários às cotas consideram que o ingresso dos negros e pobres oriundos das escolas médias públicas, através de cotas, na universidade, pode levar uma degradação da qualidade do nível de ensino, por que eles não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos selecionados pelo vestibular comum. O que significa degradar a qualidade do ensino?

Pode significar que os alunos que ingressaram pelas cotas não sejam capazes de acompanhar as explicações dos professores nas salas de aula, interpretar os textos, fazer seminários e aplicações nos laboratórios etc; obrigando os professores a baixar o nível de seus ensinamentos. No entanto a prática tem se mostrado que não é bem isto que acontece, pois existe o sistema de avaliação para aprovar os melhores alunos e reprovar os alunos ruins.

Nossas Universidades recebem através de convênios, alunos oriundos das escolas médias públicas africanas cuja a qualidade desconhecemos, no entanto nenhuma universidade brasileira que recebeu esses alunos já baixou sua qualidade de ensino. (MUNANGA, 2007, p.15).

Acreditam os defensores de programas direcionados a estudantes em desigualdade



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

de condições econômicas são capazes de beneficiar os estudantes negros, sobre esta proposta, eu creio, se a discriminação não existir mais. Como explica Munanga (2007, p.17) “haverá certamente uma melhoria geral nas oportunidades de acesso, mas as desigualdades acumuladas ao longo dos anos se manteriam”.

Por outro lado, o movimento negro contém posições opostas que defendem entidades que propõem uma política de cotas para estudantes das escolas públicas, combinando o critério socioeconômico com o racial ou étnico (MUNANGA, 2007, p. 18).

Acredita-se que os brasileiros negros e negros tem que se empenhar na luta por saúde, educação, moradia e trabalho. E, que somente não fique em debate, mas que os negros busquem caminhos possibilitando uma sociedade justa com o qual todos nós brasileiros sonhamos (OLIVEIRA, 2007).

A presença do negro no mercado de trabalho brasileiro é mínima, como explica Araújo (2007 p. 145-146):

A exclusão do negro no mercado de trabalho da- se de forma cruel, como por exemplo a profissão de garçom, que não exige formação acadêmica. Ainda assim 85% dos garçons dos restaurantes de classe média de Salvador são brancos, apesar da população ser formada por 85% de negros. A gravidade é tamanha que está exigindo do promotor Livaldo Brito, acordo de conduta com shopping Center Iguatemi. Portanto, o negro não está excluindo do mercado apenas por ausência de formação acadêmica. Basta olhar na televisão brasileira a participação mínima de negros.

Pela primeira vez, em 175 anos de existência do Supremo Tribunal Federal, (STF) o governo Lula indicou, em 2012, um negro para ser membro do STF, o ministro Joaquim Benedito Barbosa. A justiça brasileira tem 88,2% dos seus membros branco, numa sociedade de 45% de origem negra.

No caso específico da universidade brasileira, Araújo (2007, p. 146) discorre “que é onde se localiza a produção e sistematização do conhecimento e grande parte da intelectualidade do país”, causa espanto a insensibilidade que vem sendo tratado este assunto por muitos anos e ainda hoje, sendo que a universidade pública brasileira é paga com nosso dinheiro, sustentada por nossos



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

impostos e não excluem ninguém. (ARAUJO, 2007, p. 146).

A questão das cotas exige reflexão, não é possível ingressar a universidade apenas com inteligência ou capacidade é inadmissível que pessoas inteligentes imaginem que através do vestibular vai acontecer a correção desse impasse. As cotas não são o remédio para todos os males, a universidade pública brasileira precisa refletir a exclusão de uma parcela considerável, a juventude brasileira como explica Araújo (2007, p. 147), “que por coincidência é negra, e está excluída do ensino superior por que o país produziu essa exclusão”.

É preciso que os intelectuais, os professores, os empresários, os políticos, os juristas, se conscientizem de que como explica Araújo (2007, p. 147) “não é possível a construção de uma sociedade verdadeira democrática sem a existência de um processo de inclusão do negro na sociedade brasileira”.

A população negra não deve esmorecer, deve ter persistência, por que na verdade a felicidade do negro é uma felicidade guerreira (ARAUJO, 2007, p. 151).

3.1 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSC

Segundo consta no site da UFSC¹, relativo às Ações Afirmativas na Universidade, para compreender as implicações das medidas de inclusão social nas universidades, devemos levantar fatos históricos. A seguir, com base nesse site, citamos alguns fatos que marcaram essa história.

Em 1968 houve uma discussão travada no âmbito do Superior Tribunal do Trabalho, a favor da criação de uma lei para destinação de vagas de emprego para afrodescendentes, mas tal lei não foi efetivada. Em 1980 houve outra iniciativa relacionada à reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público, projeto não foi aprovado pelo congresso Nacional, mas que gerou mobilizações de

¹ Disponível em: <<http://acoes-afirmativas.ufsc.br/historico-das-acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

alguns setores do Movimento Negro.

Foi realizada em 1996 a “Marcha Zumbi” grande manifestação, na qual foi elaborado um documento encaminhado ao Presidente da República e assim “foram apresentadas algumas propostas: bolsas de estudos e etc., o governo deve garantir a presença nas instituições públicas de ensino em todos os níveis, a criação de um Fundo Nacional para o desenvolvimento de tais ações no processo seletivo de ingresso ao ensino superior, com a criação de ações afirmativas para determinados grupos étnicos”.

No contexto da UFSC, conforme consta no site do Programa de Ações Afirmativas (PAA)², a Universidade desenvolve, desde 2008, o programa de Ações Afirmativas, “na perspectiva da promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial (pela resolução normativa n.008/Cun/2007, de 10/07/2007)”. No âmbito desse Programa foram “definidas ações orientadoras para a preparação do acesso, aos seus cursos de graduação, permanência, acompanhamento de saída e aumento de vagas e cursos noturnos na universidade”. (UFSC, 2012)

Ainda segundo o mesmo site, a adoção de ações afirmativas (AAs) na UFSC, envolveu uma série de iniciativas que promoveram a interlocução acadêmica ampliada sobre o tema. Como resultado, O Programa teve amparo étnico e político na missão proclamada pela UFSC: “à perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”.

O referido programa instituiu a destinação de vagas com a seguinte configuração geral em relação a vagas nos cursos de graduação da UFSC:

- a) “20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- b) 10% (dez por cento) para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino (Art. 6)”. (UFSC, 2007).

² Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc_relatorio_cotas_2008-2012.pdf>.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

O processo histórico de construção do programa de Ações Afirmativas na Universidade de Santa Catarina teve início com vários fatores que convergiram para o estabelecimento das cotas da UFSC. Pode se dizer que seu período de gestação foi de 2002 a 2007 (TRAGTENBERG, 2012).

O percentual de negros e pardos inscritos no vestibular da UFSC, segundo Tragtenberg (2012, p. 244 -245):

Era de 8,8% em 2006, sendo somente 7,7% dos classificados. O percentual de negros na população de Santa Catarina em 2000 era de 9,7%, e o percentual de negros dentre os candidatos, caso houvesse igualdade racial em todo Brasil, deveria ser em torno de 17%. Para atingir os 9,7% seria necessário incluir mais 2% de negros. Para atingir a situação de igualdade racial, seria necessário mais que dobrar o percentual de negros classificados.

No entanto, como afirma Tragtenberg (2012), o percentual de negros em Santa Catarina “era próximo a 12,6%, em 2010, segundo o censo populacional do IBGE, era de 15,4%. Portanto, 9,7% em 2000 e 15,4% em 2010 daria 12,6% de negros em 2006”.

Como explica o autor supracitado (2007), a justificativa do percentual de 20% na UFSC para atender os candidatos de vários estados ao vestibular da UFSC a porcentagem de negros foi de 17% de 2000 a 2006. A proposta de 20% de cotas para negros, com 5% reservados a negros de ensino fundamental e médio público majoritária.

A comissão acabou se inclinando pela proposta de vagas suplementares, segundo Tragtenberg (2012, p. 246) “No número de cinco no primeiro ano, com aumento progressivo de uma por ano, em qualquer curso de graduação da UFSC”. Para o autor a administração central, professores, estiveram envolvidos ao combate do racismo e membros do movimento negro caminhando de forma solidária e sem divergências significativas, devido a isto, de dez anos para cá os negros vem tendo acesso às universidades.

A UFSC, assim como outras Universidades brasileiras entenderam que “os programas de Ações Afirmativas constituem-se, pois, em uma das ferramentas mais contundentes, em



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

face das responsabilidades que as universidades brasileiras tem, diante do princípio constitucional da igualdade material dos cidadãos”. Essas ações estão em consonância com a legislação brasileira sobre o assunto, sobre a qual tratamos brevemente a seguir.

Tragtenberg (2012, p. 236) menciona, no Congresso Nacional, dois projetos de lei que defendiam ações para inclusão dos negros: o de número 0650, de 1999, do senador José Sarney, e o de número 03198 de 2000, do deputado Paulo Paim.

Vive-se no tempo em que a educação das relações étnico-raciais se inserem no campo das políticas educacionais brasileiras. Romão (2014, p. 29) afirma que:

Embora tenhamos um conjunto de ações históricas que articuladas nos levam a esse contexto durante um longo período, foi a sanção da Lei Federal 10.639 de 2003 que impulsionou essa temática para um novo patamar no contexto da educação brasileira. Com a sua aprovação, as políticas previstas passaram a fazer parte da Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional, diluindo parte da invisibilidade das políticas das relações educacionais étnico-raciais no Brasil. Este artigo não esgota o tema. Apresenta-o de forma introdutória, mas, desejando que os/as leitores se sintam motivados ao aprofundamento das reflexões e questões históricas resgatadas.

A partir do que postula o autor supracitado, o presente estudo vem resgatar a realidade das ações afirmativas e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres, no Curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

4 O CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UFSC

A ideia da criação do Curso de Biblioteconomia afirmam Hellesheim, Menezes e Chagas (2013, p. 72), surgiu da bibliotecária Alvaceli Lusa Braga, diretora da biblioteca central da UFSC, que sentiu necessidade de preparar pessoal para as atividades técnicas desenvolvidas em uma biblioteca (CALDIN et al., 2009).

Segundo Caldin et al. (2009) o primeiro vestibular para o curso de Biblioteconomia, com 20 alunos, foi em 1974, e a primeira turma se formou em dezembro de 1976. O curso



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

vem disponibilizando continuamente vagas para o vestibular. Atualmente oferta oitenta vagas por ano, 40 vagas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre. A duração do curso é de quatro anos, são oito semestres com carga horária obrigatória de 2.826 horas aulas com 234 h/a de estágio obrigatório e 180 h/a disciplinas optativas (HELLESHEIM; MENEZES; CHAGAS, 2013, p. 73-87).

Atualmente, o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFSC se localiza no Centro de Ciências da Educação, contando com salas de aula; Biblioteca Setorial; Biblioteca Universitária; laboratórios de ensino e toda infraestrutura fornecida pela UFSC (HELLESHEIM; MENEZES; CHAGAS, 2013, p. 90).

Os professores do curso de Biblioteconomia da UFSC, como explicam Hillesheim, Meneses e Chagas (2013, p. 92):

Estão conscientes das constantes mudanças e das exigências sociais, devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e das diretrizes curriculares, e portanto, quando necessário realizam mudanças no currículo para que o profissional bibliotecário possa ter uma inserção mais adequadas na sociedade e no mercado de trabalho.

O perfil do bibliotecário sofre mudanças constantes em virtude das necessidades informacionais da sociedade segundo Hillesheim, Meneses e Chagas (2013, p. 82) “é preciso adequar se ao mundo moderno, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e com usuários cada vez mais exigentes”.

Falar sobre o curso de biblioteconomia não é fácil, é uma profissão que não é dada muita importância. Mas quando se conhece o curso num período de 4 anos é que se vê a importância que se tem um profissional atuando na área da informação, e que vem crescendo a cada ano. Em dezembro de 1976 com 20 alunos foram os formandos do primeiro vestibular. Quarenta anos depois os bibliotecários graduados são aproximadamente de 1467 alunos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

A partir dos documentos concedidos pelo Departamento de Administração Escolar (DAE) da UFSC, obteve-se a distribuição e relação de alunos do curso de Biblioteconomia das etnias de cor branca, pardo, negra, dos seguintes períodos: 1999 a 2005, 2006 a 2015 e 2016. A análise realizada compara o percentual de alunos no período antes (1999 – 2006), 16 semestres, com o percentual após a implementação das Ações Afirmativas na UFSC (2008-2016). O total de alunos cadastrados no período total da pesquisa é de 18 da cor amarela, 1253 da cor branca, 3 da etnia indígena, 129 pardos e 85 negros.

Ao analisar os semestres entre 1/1999 a 2/2007, observa-se um total de 642 alunos registrados no CAGR, dentre os quais 573 (89,3%) são brancos, 37 (5,8%) são pardos e 21 (3,3%) são negros. Ao somar o total de pardos e negros, tem-se um total de 58 alunos (9%), em relação a um total de brancos de 89,3%, o que representa uma diferença proporcional significativa.

No período após a implementação das Ações Afirmativas, temos um total de 828 alunos, sendo que 663 (80,1%) são brancos, 91 (11%) são pardos e 64 (7,7%) são negros. Somando-se pardos e negros temos um total de 155 alunos (18,7%).

Ao comparar o percentual dos dois períodos, antes e após as Ações Afirmativas, observa-se a diminuição do percentual de alunos de cor branca (de 89,3% para 80,1%); um aumento do percentual de alunos da cor parda (de 5,8% para 7,7%) e um aumento do percentual de alunos negros (de 3,3% para 7,7%). Ao observar o percentual total de negros e pardos, houve crescimento de 7,7% antes das Ações Afirmativas para 18,7% após essas Ações, o que representa um avanço, mas longe ainda de mostrar um maior equilíbrio na distribuição de vagas, pois a proporção de alunos da cor branca é bastante superior à de alunos pardos e negros.

Como afirma Santos e Queiroz (2012, p. 87):

³ Apesar de aprovadas em julho de 2007, as Ações Afirmativas foram efetivamente implementadas em 2008.
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – v. 13, n. esp. CBBDB 2017



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

O reduzido número de candidatos negros revela uma realidade muito conhecida, as desigualdades raciais existentes na educação. Os negros concluem o ensino médio em menor proporção que os estudantes brancos, principalmente pela alta taxa de evasão, como mostram pesquisas realizadas por muitos estudiosos do problema racial e da educação.

Os mesmos autores complementam que:

Assim é a história da pretensa democracia racial em nosso país. Cabe a todos que, apesar das dificuldades, acreditar neste país, continuar a luta pela educação e por direitos iguais para todos. Somente dessa forma se pode ter uma sociedade em que os brasileiros possam viver e desenvolver todo o seu potencial humano. (SANTOS; QUEIROZ, 2012, p. 90).

As Ações Afirmativas são uma conquista para os negros, pardos e indígenas, mas talvez os resultados mais efetivos dessas políticas sejam sentidos somente daqui há décadas, para superar séculos de desigualdades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no Brasil ainda é possível ver os reflexos da história de desigualdades e explorações se questionarmos quem é realmente negro no país. Posto isto, o acompanhamento dos resultados pós implantação das ações afirmativas contribui para alcançarmos um dos objetivos da implementação da agenda 2030 – 10 Redução das desigualdades, uma vez que, a partir do aumento da inserção da etnia negra nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, pode-se diminuir o estigma de elitização das bibliotecas, e estas passarem a representar realmente um espaço de e para todos e todas.

Mesmo com os dissabores da escravidão e desigualdades, no Brasil e em outros países, homens negros e os movimentos negros lutaram por sua etnia, origem e liberdade, e conseguiram vitórias e conquistas, como o escritor Cruz e Souza na literatura brasileira; Antonieta de Barros, que foi a primeira Mulher negra a integrar a assembleia Legislativa de



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Santa Catarina; Machado de Assis, poeta do gênero literário; Nelson Mandela, símbolo da luta contra o *apartheid* e a política de segregação racial; Rosa Louise Mc Cauley Parcks, mais conhecida como Rosa Parcks, que ficou famosa em 1º de dezembro de 1955 por ter recusado frontalmente a ceder o seu lugar no ônibus a um branco, tornando-se símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos; Martin Luter King, lutador do movimento negro e pela igualdade racial.

A implementação de cotas, certamente é reflexo de lutas de pessoas ilustres, mas também de desconhecidos. Nesse aspecto, vale ressaltar que este estudo foi realizado por uma estudante negra de 60 anos que ingressou no Curso de Biblioteconomia graças às Ações Afirmativas da UFSC. Portanto, registramos aqui sua experiência pessoal, afim de colaborar para a reflexão sobre essa temática:

Disciplina e força de vontade são os requisitos fundamentais para que esse sonho se realize e a maturidade pode ser o ponto mais positivo de quem quer escolher, correr contra o tempo de conquistar o tão sonhado diploma. Quanto às dificuldades de encontrar os desafios de ser novamente estudante, é que a memória falha um pouco, mas chegar ao topo é possível. Para os mais velhos, a convivência com os jovens traz ainda um novo estilo de vida, abre os horizontes, faz crescer. O maior desafio para essa faixa etária da vida é a tecnologia. O estudo é importante do nascimento até a morte, independentemente da idade. Buscando forças em Deus conseguimos concluir a graduação. Então voltamos a pensar nas gerações mais novas de famílias de trabalhadores, que estão repetindo a mesma luta. Não podemos esquecer-nos das teorias, também não podemos esquecer-nos de nossas próprias vidas. Ao comparar como são profundas as marcas de mulheres, que constituem famílias, tornam-se donas de casas, tem filhos, algumas precisam trabalhar também fora de casa, e desejam realizar até um curso superior. A vida social moderna não dá oportunidade de pararmos para pensar na grandeza de conseguir sobreviver a tantas obrigações, compromissos, deveres e tarefa a realizar. Quando parte dessa população de trabalhadores consegue chegar a um curso superior. Essas pessoas de extrema resistência se deparam com as exigências deste nível de ensino. Temos sentimentos dos mais variados tipos; sentimos medo e vontade de desistir.

Os negros venceram obstáculos e conquistaram muitos direitos, apesar disso há muito



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

o que fazer nos níveis de qualidade de vida, rendimento, ensino e empregabilidade. Dessa forma, há desigualdades sociais que perduraram, apesar de avanços e conquistas. Muito se tem a fazer para eliminar estas desigualdades, que são consequência de um modelo adotado na época da colonização do país.

Assim sendo, a finalidade desta pesquisa foi analisar negros nas Universidades Públicas, abordando que existem diferenças, mas que também existem esperanças. Conforme Paulo Freire (2005) enfatizou que, aí dos que cessarem sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai dos que, no lugar de visitar de vez em quando o futuro pelo profundo engajamento como hoje, como aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e rotina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Zulu. O negro na universidade: o direito à inclusão Comunicações orais. In: Pacheco, Jairo Queiroz; Silva, Maria Nilza da (orgs.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

CALDIN, Clarice Fortkamp et al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia na UFSC. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 7-13, jan. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.1999v4n7p7/89>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CHAGAS, Francisco de Souza; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; MENEZES, Estera Muszkat (orgs.). **Curso de Biblioteconomia da UFSC: 40 anos**. Florianópolis, SC: casa do Escritor, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LUCINDO, William Robson Soares; RASCHE, Karla Leandro. O Brasil após a Abolição e a inserção social das populações de origem africana. In: Cardoso, Paulino de Jesus; Rascke, Karla Leandro (orgs.). **Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014, p. 246. Capítulo 2, p. 184 – 197.

MORTARI, Claudia; VIEIRA, Fábio Amorim. O Brasil dos Séculos XVI a XIX: populações de origem africana, cativo, identidade... In: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCHE, Karla Leandro (orgs.). **Formação de professores**. promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014, p. 246. Capítulo 1, p. 166 – 183.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Niza. (Orgs). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. 7-19.

OLIVEIRA, Vilma Santos de. O negro na universidade: o direito à inclusão. Comunicações orais. In: Pacheco, Jairo Queiroz; Silva, Maria Nilza da (orgs.). **O negro na universidade o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

ROMAO, Jeruse. O Movimento Negro Brasileiro e as Diretrizes da Educação Nacional: a Lei 10.639/03 é L.D.B! In, CARDOSO, Paulino de J.F & RASKE, Karla L.(orgs.). **Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014. P.29-41.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. As cotas na Universidade Federal da Bahia: história de uma decisão inédita . In: SANTOS, Jocélio Teles dos. (Org). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. 2012, p. 41 – 76.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In: SANTOS, Jocélio Teles dos. (Org). **Cotas nas universidades: análise dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012, v. 1, p. 235-258.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Política de ações afirmativas da UFSC**. Disponível em: <acoes-afirmativas.ufsc.br/historico-das-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução normativa nº008/CUn/2008, de 10 de junho de 2007**. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2716_R008CUN2007.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **A universidade Federal de Santa Catarina desenvolve desde 2008 o programa de Ações Afirmativas, na perspectiva da promoção dos valores**. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc_relatorio_cotas_2008-2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Sistema de Controle Acadêmico de Graduação-CAGR**. Elaborado e gerenciado pela Superintendência da Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação da UFSC (SETIC), 2016.